

7
H.
L.
et

ATA Nº 3

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e catorze, pelas dezanove horas e quinze minutos, no auditório da freguesia da União de Freguesias de Viseu sito na Travessa de S. Lázaro, em Viseu, reuniu, em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Viseu, presidida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia Fernando Alexandre de Almeida Esteves e secretariado por Maria Manuela Borges Martins e Fernando de Oliveira Monteiro.-----

No início dos trabalhos o Presidente da Mesa informou que por impossibilidade temporária o membro da Assembleia de Freguesia do CDS-PP, Álvaro Meneses, seria substituído por Isabel Maria Cardoso de Brito portadora do cc número 7324272 de vinte e seis de novembro e dois mil e sete, com o nif 186794665. Foi posteriormente distribuída a folha de presenças para recolha das assinaturas dos membros presentes não se verificando mais nenhuma alteração.-----

Marcou ainda presença o Executivo da Junta de Freguesia; O presidente Diamantino Santos, a secretária Ana Maria Damião, o tesoureiro Vítor Costa, os vogais Paulo Almeida, Francisco Marques, Marflia Fernandes e Rui Melo.-----

O Presidente deu início à sessão, começando por dirigir palavras de boas-vindas e agradecimento a todos os presentes, congratulando-se pela presença de público, e solicitando a todos a melhor colaboração para que a reunião decorra com normalidade, rentabilizando o tempo.-----

Período antes da ordem do dia-----

Ponto numero um-Tempo destinado ao Publico;-----

Pedida a palavra pelos elementos do público presentes, inscritos para intervir; D. Maria Adelaide Oliveira, moradora na rua das Lameiras em Gumirães, comunicou que na sua rua a limpeza é deficiente que chega a ser feita pela própria e que os passeios estão estragados, especialmente junto ao numero quarenta e cinco que tem pedras soltas à cerca de sete anos. A D. Amelia da Costa Fonseca, moradora na rua Maria José Figueiredo e Silva em Gumirães, referiu que na sua rua se encontram caixotes do lixo deteriorados e não são lavados há muito tempo, e que as águas pluviais que vêm da Quinta das Lameiras provocam inundações frequentes durante o inverno, situação agravada pelo facto dos passeios terem sido rebaixados com a colocação do pavimento. Referiu ainda que não existe limpeza durante alguns períodos de tempo especialmente no mês de Setembro, pediu ao executivo a colocação de árvores para aumentar a sombra e acrescentou que as pessoas não tomam cuidados com os dejetos deixados pelos animais.-----

João Lopes Silva morador na Rua Figueiredo Silva, no Bairro de Gumirães, reportou o problema que no Bairro se vive, mas mais concretamente na sua rua, com a situação da recolha de resíduos e com a falta de árvores. Referiu também o problema de escoamento das águas pluviais e que as condutas de escoamento das mesmas é manifestamente insuficiente, razão pela qual, com chuvas um pouco mais intensas, ali se provocam inundações. Abordou ainda a questão do tarifário dos transportes públicos.-----

Miguel Rebelo referiu não existir uma única paragem de autocarros coberta, em Gumirães, com todo o desconforto que isso acarreta para os utentes que ali aguardam o transporte á chuva e ao sol, sujeitos a todo o tipo de intempéries. -----

Telmo Filipe, para além das questões expostas pelos anteriores intervenientes, abordou a questão da mobilidade urbana. Referiu que há cada vez um maior número de cidadãos a circularem de bicicleta e pede ao executivo que providencie meios para que aja maior segurança para os ciclistas, nomeadamente através da instalação de corredores de segurança que os proteja dos veículos.-----

Terminado o período de intervenção do público, o presidente da junta de freguesia, começou por saudar os presentes e congratular-se com a presença dos fregueses. Informou que a junta de freguesia tem um sistema de recolha de sugestões que se encontra sempre disponível ao público nas instalações da junta.-----

Informou que quanto às zonas verdes do bairro de Gumirães, tem consciência que a situação pode melhorar, contudo presentemente a junta apenas conta com 4 pessoas para cuidar dos jardins da freguesia, que se deslocam a pé, sendo tal facto condicionador da resolução atempada de algumas situações.-----

Quanto à questão dos resíduos, referiu que ainda há uma grande diferenciação quanto aos meios de recolha dos lixos dentro do território da freguesia, mas isso não invalida que as empresas contratadas, nomeadamente o Planalto Beira, devam fazer bem o seu trabalho. Quanto aos passeios do Bairro das Lameiras informou que tem sido uma preocupação sua e que já sugeriu à Câmara Municipal de Viseu que protocolasse uma verba, para que a junta de freguesia possa fazer aqueles trabalhos.-----

Reconheceu a existência da situação das águas pluviais e informou que já fez referência do facto à Câmara Municipal de Viseu.-----

Quanto às árvores referiu que há um grande vandalismo quanto às árvores e a outro mobiliário urbano, situação de todo lamentável.-----

No que concerne á poda das árvores informou que não tinha sido possível efectuar até ao momento em virtude das condições atmosféricas.-----

Quanto ao preço dos transportes públicos referiu que a fixação das tarifas é da competência das câmaras municipais, mas que já sensibilizou a dita entidade para essa questão.-----

Quanto à cobertura das paragens de autocarros informou que elas eram geralmente feitas por entidades privadas que ali colocavam a publicidade, mas dada a actual conjuntura económica, de momento não tem conhecimento de como será no futuro.

Ponto numero dois – Informações da Junta de Freguesia;-----

Tomou a palavra o Presidente do Executivo que referiu que o documento distribuído por todos os membros da Assembleia de Freguesia resume a atividade do executivo durante o último trimestre.-----

Alexandre Azevedo Pinto disse que o executivo segue uma política em que se pretende substituir ás instituições em áreas que não domina nem tem competência técnica para o fazer, questionando qual o tipo de apoio dado às estagiárias que atuam na área social, que a loja solidária não faz sentido existir e gostaria de receber explicações sobre o tipo de parcerias existente com as instituições da freguesia.-----

Mafalda Ferreira, referiu que a crise se tem reflectido na vida das pessoas e dá os parabéns ao executivo pelo trabalho desenvolvido nesta área em parceria com outras pessoas e instituições-----

Jorge Azevedo pediu esclarecimentos ao presidente da junta quanto à situação dos protocolos celebrados entre a junta de freguesia e as associações, questionando acerca do critério adotado para a escolha das mesmas. Disse que a loja solidária deve ser abolida e que a caridade não tem que ser um ato visível. Pediu esclarecimentos quanto às obras do chafariz de Santiago, se já se iniciaram os trabalhos, e em caso afirmativo quanto foi já gasto. Questionou ainda acerca de, quais os clubes que foram apoiados no último mandato, como funciona o gabinete multidisciplinar, que critérios são adoptados para apoiar as pessoas, qual o apoio dado pela junta á associação Nariz Vermelho e o que quer a junta dizer com as “condições de trabalho das escolas”.-----

Luís Mougá Lopes congratulou-se com a presença e a participação do público na assembleia e referiu também ter dúvidas com o que quer o executivo dizer, quando se

refere às condições de trabalho das escolas.-----

Mário Dias fez uma chamada de atenção para a convocatória, nomeadamente quanto à alteração de local não se encontrar previamente afixada, e referiu da conveniência da mesma ser mais publicitada. Quanto ao desempenho da junta na acção social, referiu junta a não o deve fazer, pois que a há sempre o risco de conotação política das acções praticadas. Questionou ainda quem define as situações de carência.-----

Manuela Martins do PS perguntou quem é o responsável pela coordenação da acção social.-----

José Maria Costa pediu informações acerca dos critérios de estabelecimento de parcerias.-----

Teobaldo Simões disse que na última sessão da assembleia havia uma preocupação generalizada com a questão social e que agora se questionam as acções desenvolvidas nessa área. -----

João Serra, perguntou quais os critérios para a aplicação dos fundos e entregou à mesa um documento que relembra as comemorações dos quarenta anos dos vinte e cinco de abril, que se anexa a esta ata.-----

Alexandre Azevedo Pinto pediu a palavra para reforçar que concorda com o apoio social, sendo que o que o separa do executivo é nomeadamente o valor da verba atribuída.-----

Manuela Martins do PSD , referiu que as duvidas da oposição, em relação às funções e aos critérios do executivo , encontram resposta no decreto-lei numero setenta e cinco especialmente no artigo dezasseis.-----

Dada a palavra ao Presidente da Junta do executivo, este referiu que se alguns membros da assembleia não querem que a junta desempenhe o seu papel social, então que vão dizer às pessoas que as não querem apoiar. Mostrou disponibilidade para aceitar sugestões, mas para ele as pessoas estão sempre primeiro.-----

Quanto às obras do largo do chafariz referiu que a obra já estava orçamentada mas não executada e como tal não houve qualquer investimento.-----

Quanto à loja social disse que hoje é reusado o que anteriormente eram desperdícios.-

Quanto à iniciativa do "Nariz Vermelho", foi uma opção da junta, em que o apoio se limitou à realização dos cartazes e que esta atividade rendeu cerca de quatro mil euros a esta instituição.-----

Quanto às condições de trabalho nas escolas, refere-se ao amianto.-----

Quanto às estagiárias esclareceu que a sua ação é coordenada por uma docente da Escola Superior de Educação.-----

Quanto à situação dos critérios que presidem às ajudas sociais, referiu que a freguesia tem pessoas em situação dramática e que tem conhecimento dos casos por abordagem directa e porque os mesmos lhe são sinalizados pelas instituições da freguesia. Referiu ainda que em questões de parcerias, a junta não se substitui ao Estado, nem o pretende fazer.-----

Quanto à escolha dos apoios aos movimentos associativos há critérios de selecção, entre eles, o cumprimento dos planos de actividades e a regularização dos compromissos fiscais.-----

Por fim, associou-se às comemorações dos 40 anos do 25 de Abril.-----

Seguidamente procedeu-se à votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa propôs um voto de pesar pela morte do Professor Manuel Lameira, que foi aprovado por unanimidade.-----

O Presidente da Junta propôs um voto de pesar pela morte do Dr. Gaspar da Costa que foi aprovado por unanimidade.-----

Período da ordem do dia -----

Ponto numero um- Aprovado por unanimidade.-----

Ponto numero dois-----

Foi proposto alterar a ordem de trabalhos sendo primeiro discutido e votado o ponto dois e três, sendo aprovada a alteração por unanimidade.

Pediu então a palavra Jorge Azevedo que questionou se o saldo da gerência anterior transita em dinheiro e se existiam dividas a terceiros/fornecedores em trinta e um de Dezembro. Referiu ainda que as verbas do orçamento participativo devem ser para projectos inovadores, e devem ouvir-se as pessoas de reconhecido mérito.-----

Devidamente autorizado pelo presidente do executivo, o tesoureiro Vítor Costa referiu que a contabilidade da Junta de freguesia funciona como regime de caixa e que é possível existirem documentos referentes a 2013 que tenham dado entrada somente entrada em 2014.-----

Luís Mouga Lopes questionou o executivo do porquê de procederem, à data, à apreciação e votação da conta de gerência. Perguntou se o pedido de revisão orçamental é resultado da complexidade do processo de união das três freguesias. Referiu, também, que o Bloco de esquerda, após apreciação da proposta do executivo, iria abster-se, visto não ter votado contra a aprovação do orçamento para 2014 e, assim, dar continuidade aos objectivos orçados pelo executivo. Por fim, referiu que o posicionamento do saldo de gerência, enquanto receita corrente, respeitava o equilíbrio orçamental.-----

Augusto Antunes, chama a atenção para o facto da preocupação com o social não se refletir na conta de gerência.-----

Jorge Azevedo, questiona ainda o valor dado ao apoio social, e que deveria ser criado um prémio de empreendedorismo social.-----

Alexandre Azevedo Pinto apoia a proposta de Jorge Azevedo, referindo que o valor atribuído à ação social deveria ser aumentado conforme proposta já feitas pelo PS.-----

Vítor Costa refere que, houve por parte de executivo o cuidado de aumentar em 10.000 euros o apoio social e explicou que o saldo resulta da fusão do exercício das 3 antigas juntas de freguesia.-----

Procedeu-se á votação do ponto dois:

Aprovado por maioria com oito votos contra e duas abstenções.-----

Ponto numero três-----

Procedeu-se á votação do ponto três:

Aprovado por maioria com oito votos contra e uma abstenção.-----

Ponto numero quatro

Quanto ao inventário José Maria Costa questionou qual o destino a dar às instalações da freguesia. -----

Luís Mouga Lopes afirmou esperar pelo balanço final, relativo a 2014, para ver reflectivo o valor patrimonial da Junta e questionou o executivo sobre o que vai fazer em relação ao material obsoleto, caso exista, alertando para o facto de que todo o processo deverá respeitar a lei e ficar devidamente documentado, caso procedam a alienações.-----

Tomou a palavra o Presidente do Executivo, referindo que a existência de duas instalações dificultam a articulação e coordenação dos serviços e que irá junto do município enveredar todos os esforços no sentido de encontrar um espaço condigno para a instalação da junta de freguesia.-----

Relativamente ao material obsoleto referiu que iria ser cedido a instituições, caso estas manifestassem interesse no mesmo ou será abatido no inventário.-----

Ponto numero cinco

O Presidente da Junta referiu que é um documento aberto e que aceita sugestões.-----

Luís Mouga Lopes após congratular o executivo pela inclusão desta pretensão do Bloco de Esquerda na ordem de trabalhos referiu a importância do documento em causa, concordando genericamente com o mesmo.-----

João Serra afirma que nada tem contra o documento em causa e refere que são a favor de regras claras de procedimentos.-----

Teobaldo Simões reforça tudo o já referido e louva o executivo por este documento.----

Ponto numero seis

Luís Moura Lopes disse que o projecto democrático do orçamento participativo, orçado em 15.000€, 1,88% do orçamento geral, deverá ser reforçado em termos orçamentais e ocorrer ao longo de ciclos e ter quatro edições em 2014, distribuídas por 4 fases, sendo que a participação dos viseenses deverá iniciar-se com a apresentação de propostas (1ª fase). Disse também, que a 2ª fase – análise técnica das propostas – deverá ser analisada por uma equipa que inclua, para além dos membros da assembleia da junta, técnicos qualificados para tal, que a fase da votação (3ª fase) deverá ser bem publicitada para envolver o maior número de cidadãos possível e que a 4ª fase (anuncio público dos projectos vencedores) deverá decidir projectos que salvaguardem o nosso património e a valorização da nossa cultura.-----

Teobaldo Simões disse que a população deve pronunciar-se quanto ao orçamento participativo, mas deve ser nesta assembleia que se deve votar o conteúdo das propostas.-----

José Maria Costa disse que o orçamento devia ser revisto em alta. O projeto devia ser para a área social e deveria ser criado um regulamento do mesmo.-----

Jorge Azevedo disse que deve ser o cidadão a pronunciar-se. O formato é que deve ser aqui discutido.-----

O Presidente da Mesa pediu ao executivo que tornasse o sistema ágil, sob pena de a morosidade poder impedir a concretização atempada das propostas.-----

O Presidente do Executivo disse estar disponível para aceitar sugestões que ajudem à implementação do orçamento participativo.-----

Ponto numero sete

Alexandre Azevedo Pinto pediu informações da parceria da junta de freguesia com a Cliniviseu e o Orfeão de Viseu.-----

Luís Mouga Lopes congratulou o executivo por ter aceiteado a proposta do Bloco de Esquerda, em organizar uma feira de comércio no mercado 2 de Maio e incluir cidadãos independentes na organização do evento “Mercado Indo Eu.-----

João Serra entregou uma proposta que se anexa, referente ao levantamento geo-espacial da flora existente nos parques da freguesia.-----

Alexandre Azevedo Pinto pergunta se vai ser realizado algum documento referente à história das 3 antigas freguesias da cidade e quais os custos que isso trará para a freguesia.-----

João Serra propôs que o executivo efectuasse um regulamento para a atribuição de apoios, tendo esta proposta sido colocada á Assembleia, que a votou e aprovou por unanimidade.-----

Isabel Cardoso de Brito, perguntou onde pode ter acesso aos documentos para preparação dos trabalhos de futuro.-----

O Presidente da Junta referiu que foi entregue a uma pessoa de competência reconhecida a tarefa de compilar a história das 3 freguesias da cidade e que os custos ainda não estão completamente quantificados.-----

6
1

Referiu ainda que toda a documentação está ao dispor dos membros da assembleia nas instalações da junta de freguesia.-----

Não havendo outros assuntos a tratar, foi a sessão encerrada pelas vinte e três horas, dela se lavrando a presente até, que lida e achada conforme, vai ser assinada para que conste.-----

---O Presidente da Assembleia:

Guaranda Almeida, Alvaro Estan

---A 1ª Secretaria:

Henrique Monteiro

---O 2º Secretario:

afro



Proposta CDU para a Freguesia de Viseu

A CDU vem desta forma propor como medida a realizar por este executivo, ainda em 2014, o levantamento geo-espacial da flora existente, particularmente árvores, dos parques e jardins da nossa cidade, afectos a esta freguesia.

A nossa proposta visa fazer esta tarefa para todos os parques e jardins, como por exemplo o Rossio (Praça da República), Parque Aquilino Ribeiro (Parque da Cidade), Cava de Viriato, Jardim das Mães, Jardim de Santa Cristina, Jardim de Santo António, etc. por forma a que todas as espécies fiquem identificadas, para referência futura, e conhecimento de todos das espécies existentes, algo mais sobre as mesmas, e até possível produção de conteúdos impressos ou multimédia sobre a nossa flora.

Desta forma, então, temos a hipótese de fazer algo bom pela nossa cidade, particularmente pela nossa freguesia, ajudando a expandir o usufruto dos cidadãos pelos espaços, contribuindo para a sensibilização ambiental e até possível cultura geral de quem os desfruta, prestando assim um contributo à população.

24 de Abril de 2014, o eleito da CDU

Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio



40 Anos de Democracia e Liberdade

A CDU saúda hoje, o 40º aniversário do 25 de Abril que se comemora amanhã.

Saudamos a luta de todos os Homens, Mulheres que vivendo durante quase meio século debaixo do jugo e opressão de uma ditadura neo-liberal fascista, se revoltaram e derrubaram essa ditadura e os seus tiranos, constituindo a revolução do 25 de Abril de 1974 um marco histórico e evolutivo no campo político e social na História do nosso país e do povo Português.

A luta destes homens e mulheres, permitiu a consagração de um verdadeiro estado democrático, a implementação de verdadeiras políticas económicas e sociais para Portugal, consagrou um conjunto de direitos e deveres para os trabalhadores e para o povo Português, e que apesar dos intensos ataques a que nos últimos anos têm sido sujeitos, devem ser e continuar a ser defendidos a todo o custo, em defesa da soberania Nacional, dos seus trabalhadores e do seu povo.

Amanhã, e mais uma vez, iremos todos, lembrar este momento histórico e afirmar a defesa destas conquistas e afirmar os valores de Abril.

Saudamos também o dia 1º de Maio, dia Internacional do Trabalhador, e através desta, todos os trabalhadores portugueses pelo esforço, pelo seu sacrifício e das suas famílias, pelo trabalho, que ao longo destes 40 anos em liberdade procuraram construir, apesar de todos os obstáculos, um país e uma vida próspera, aspirações essas que hoje como nunca, estão tão ameaçadas pelo desgoverno e linha políticas de miséria e pobreza que hoje se implementam no nosso país.

24 de Abril de 2014

O ELEITO DA CDU

Senhor Presidente

Li com atenção a informação escrita que fez chegar aos membros da Assembleia e pude constatar que a actividade da Junta tem sido residual. É verdade que o tempo de gestão também é escasso a que acresce a natural perturbação provocada pela aberração ditada pela extinção das freguesias e a incompreensível demora da Câmara em celebrar os protocolos de transferência de competências e meios, mas o que nos relata é de facto muito pouco para uma Freguesia que tem mais população do que a quase totalidade dos concelhos do Distrito.

Tem sido na acção social que a Junta parece ter investido mais tempo e meios. No entanto ficamos sem saber se as parcerias com o Colégio da Imaculada Conceição, com o Lar de St^o António e outros são da iniciativa da Junta ou se é a autarquia que adere aos projectos das instituições. Gostaria de estar de posse dessa informação.

Do que me foi dado perceber temos uma situação que se pode resumir desta forma simples. Temos um Governo do PSD/CDS que, por opção ideológica corta nos apoios sociais, fecha serviços públicos essenciais, corta nas reformas e nos salários, no subsídio de doença e no de desemprego, corta no abono de família e no complemento solidário para idosos e com isso e do atira cada vez mais portugueses para a pobreza e muitos para a indigência. Depois temos uma Junta de Freguesia se quer substituir ao Estado atribuindo uns apoios ocasionais aos necessitados, que serão para eles importantes, não duvidamos, mas que não resolvem o problema do apoio permanente e diário de que esses cidadãos da nossa cidade necessitam. Cabe ao Estado, conforme estipula a Constituição da República Portuguesa, assegurar a todos os cidadãos condições de acesso aos meios materiais que lhes permitam viver com dignidade. O que tem os nestes apoios da Junta, não é mais nem menos do que a velha e caduca caridadezinha, que o 25 de Abril quis abolir quando criou a segurança social pública e universal, como garantia de um país solidário e humanizado.

Na sua informação informa-nos também da intenção da Junta de atribuir subsídios ou apoios às colectividades da cidade, depois de conhecer os seus planos de actividades e contas de 2013. É um bom princípio, mas não resolve o problema da equidade e da transparência. Tal como para os apoios sociais, também para os apoios às colectividades é necessário um Regulamento que defina claramente os parâmetros em que as associações se podem candidatar em igualdade de circunstâncias. Se as coisa ficar ao arbítrio da Junta sem balizas claras para a atribuição, o risco de cometer injustiças e discriminações é sempre maior.

Proponho, por isso, que a Junta elabore um REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS COLECTIVIDADES, INSTITUIÇÕES E CIDADÃOS que tornem transparente esse exercício.

O Eleito da CDU

Viseu 24/04/2014

João Serra.